

Dossiê

Louis Althusser,  
50 anos depois

---

Dossier

Louis Althusser,  
50 years later

# Conferência sobre a ditadura do proletariado (1976)\*

Louis Althusser

## **Resumo:**

Trata-se de conferência que o filósofo Louis Althusser apresentou na Espanha, no mês de julho de 1976, e na qual procurou defender o conceito de ditadura do proletariado como um dos conceitos centrais da teoria marxista.

**Palavras-chave:** Ditadura do proletariado; dominação de classe; socialismo; teoria marxista.

## Conference on the dictatorship of the proletariat (1976)

### **Abstract:**

This is a conference that the philosopher Louis Althusser introduced in Spain in July 1976 and which sought to defend the concept of dictatorship of the proletariat as one of the central concepts of Marxist theory.

**Keywords:** Dictatorship of the proletariat ; class domination ; socialism; marxist theory.

---

\* Título original: Conférence sur la dictature du prolétariat à Barcelone. 6 juillet 1976. Tradução: Danilo Enrico Martuscelli. Revisão técnica: Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

Em julho de 1976, na cidade de Barcelona, a convite do *Colegio de Aparejadores de Cataluña y Baleares* e da *Escuela para Maestros "Rosa Sensat"*, Althusser proferiu duas conferências sobre a ditadura do proletariado. O texto original desta conferência encontra-se disponível para consulta nos arquivos do Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (IMEC), situado em L'Abbaye d'Ardenne (norte da França), sob a referência ALT2, A23-01.01 (Fonds Althusser), no dossiê intitulado *Conférences en Espagne sur la dictature du prolétariat et le mouvement communiste international* (1976). O inventário dos arquivos de Althusser depositados no IMEC encontra-se disponível em formato digital [Ver: [http://www.imec-archives.com/wp-content/uploads/2013/08/ALT\\_web.pdf](http://www.imec-archives.com/wp-content/uploads/2013/08/ALT_web.pdf)]. Para fins de tradução, valem-nos da transcrição do texto original em francês, disponível em: <http://revueperiode.net/un-texte-inedit-de-louis-althusser-conference-sur-la-dictature-du-proletariat-a-barcelone/>

A conferência foi publicada com o título: "Algunas cuestiones de la crisis de la teoria marxista y del movimiento comunista internacional", na coletânea de textos de Althusser, intitulada *Nuevos Escritos*, lançada em Barcelona pela Editora LaiaB, em 1978. Existe outra tradução para o espanhol de uma conferência realizada por Althusser na Catalunha no mesmo período. Trata-se do mesmo texto, com a diferença mais marcante de que os quatro primeiros parágrafos não figuram no texto da conferência de Barcelona [Ver: <http://artilleriainmanente.blogspot.com.br/2012/04/sobre-la-crisis-del-marxismo-y-la.html>]. Recentemente, foi publicada, na revista marxista *Historical Materialism*, uma tradução do texto em inglês com título semelhante ao utilizado pela edição espanhola de 1978 [Ver: *Some Questions Concerning the Crisis of Marxist Theory and of the International Communist Movement. Historical Materialism*, vol. 23, 2015]. Nota do tradutor.

Não vou falar dos problemas concretos da luta de classe na Espanha, na França, na Itália ou em qualquer outro país do mundo, porque sou incapaz. Para falar deles, é necessário dispor do que Lênin chama de uma análise concreta da situação concreta de cada uma dessas formações sociais, e do estado da luta de classes em escala internacional. Para dispor dos resultados desta análise concreta, é preciso que ela tenha sido feita. Ora, a meu ver, os partidos comunistas, que dispõem em tese da teoria marxista que é uma ciência (o materialismo histórico), ou os marxistas que não são comunistas, mas, como marxistas, dispõem desta ciência, não levaram a cabo ainda o amplo e difícil trabalho de fazer análises concretas da luta de classe em cada país. Dispomos apenas de descrições gerais, que não são falsas, mas insuficientes. Ora, para orientar a luta de classes com toda sua justeza e força, é preciso algo diferente de descrições gerais, de estimativas gerais, de julgamentos gerais. É necessário entrar no detalhe, em todos os detalhes, ou seja, no concreto, no concreto das relações da luta de classe, não somente da classe operária e dos movimentos populares, mas também e antes de tudo da luta de classe do imperialismo, em todos os domínios, na base, na política e na ideologia. Porque sabemos, pela ciência marxista das formações sociais (o materialismo histórico), que a luta de classe não se limita à luta de classes econômica, mas também se estende também à luta de classe política e também abrange a luta de classe ideológica.

Portanto, não vou falar dos problemas concretos da luta de classe do movimento comunista internacional, de sua crise, da eventualidade da solução desta crise. Vou falar de outra coisa: da ditadura do proletariado.

Pode-se dizer que esta questão está *na ordem do dia de todos os partidos comunistas do mundo inteiro*. Ela está na ordem do dia na China Popular, onde o Partido Comunista Chinês insiste em destacar a necessidade de compreender, de respeitar e de aplicar a ditadura do proletariado. Está na ordem do dia na União Soviética desde 1936, ou seja, desde que Stálin declarou oficialmente que a ditadura do proletariado foi superada na URSS, isto é, que não estava mais na ordem do dia na URSS. Mas, ao mesmo tempo que Stálin constatava que a ditadura do proletariado foi deixada para trás na URSS, o próprio Stálin declarava que a ditadura do proletariado era indispensável para os outros partidos comunistas, pois ela ainda não foi superada para eles, porque eles não haviam superado a luta de classes, não haviam ainda alcançado, tal como havia feito a URSS, o socialismo. Observo brevemente que esta ideia de que, quando uma formação social atinge o socialismo – ideia que sustenta todo o raciocínio de Stálin sobre a questão –, a ditadura do proletariado é superada por este país, é uma ideia em contradição completa com as teses de Marx e Lênin, que declararam repetidas vezes que a ditadura do proletariado, longe de ser superada no socialismo, coincidia, ao contrário, com toda a fase do socialismo.

Vejam agora os partidos comunistas do mundo imperialista. Aqui, de maneira paradoxal, a ditadura do proletariado está na ordem do dia. O Partido Comunista Francês acaba de abandonar oficialmente, em seu XXII Congresso, a ditadura do proletariado, mas o mesmo congresso votou por unanimidade uma resolução que se apoia inteiramente, de A a Z, na ditadura do proletariado, ainda que sem jamais nomeá-la. O Partido Comunista Italiano, que suprimiu de seus estatutos desde o fim da guerra, sob a influência de Togliatti, a menção à ditadura do proletariado, se interessa por ela, pois nunca a abandonou oficialmente, e porque toda sua política se apoia na teoria que Gramsci desenvolveu em torno da noção de hegemonia. Mas, como a noção de *hegemonia* em Gramsci é uma noção ambígua, em particular quando Gramsci dá a entender que a hegemonia, que em princípio é o consenso que obtém uma classe quando consegue tomar o poder de Estado, pode existir *antes* da conquista do poder de Estado; quando Gramsci dá a entender – ao menos é o que dizem alguns de seus comentadores que se situam na linha de interpretação de Togliatti – que a hegemonia anterior à tomada do poder de Estado não é somente uma hegemonia do proletariado sobre os seus aliados (que é a tese de Lênin), mas uma hegemonia sobre *toda a sociedade*, a ditadura do proletariado converte-se então no meio privilegiado da tomada do poder de Estado, ou seja, no meio privilegiado para tomar e exercer o poder de Estado, logo para assegurar a hegemonia do próprio proletariado. Pode-se dizer a mesma coisa sustentando que para esses intérpretes de Gramsci, que são muito perspicazes, e mais perspicazes que o próprio Lênin, que nunca considerou esta possibilidade, *a hegemonia do proletariado apresenta essa característica extraordinária de existir antes das condições históricas, quer dizer, econômicas, políticas e ideológicas de sua própria existência*, ou seja, antes da tomada do poder de Estado. Isso constitui o que os lógicos e o primeiro homem chamam de círculo vicioso. Ora, não se pode permanecer indefinidamente diante de um círculo vicioso. É isso, contudo, o que fazem os intérpretes de Gramsci que eu mencionei. Mas, como são intelectuais, isso não tem muita importância, salvo quando isso pode paralisar certas formas da luta de classes, primeiro, entre os intelectuais comunistas, marxistas e entre outros que não são nem comunistas nem marxistas, porque essa ideia obscurece e silencia a teoria marxista em um de seus princípios essenciais. E isso pode, naturalmente, trazer também consequências para a linha política e para a prática política do Partido Comunista Italiano, onde os intelectuais desempenham um papel muito importante. Em todo caso, se o círculo está fechado, a questão permanece aberta, e será resolvida pelos desenvolvimentos da luta de classes na Itália.

O Partido Comunista Espanhol não se pronunciou, a meu ver, sobre a questão da ditadura do proletariado, mas é evidente que suas simpatias teóricas e políticas vão ao encontro das posições do Partido Comunista Italiano, que exer-

cem uma grande influência na Espanha, sobretudo na Catalunha, muito menor na Andaluzia, para falar apenas de regiões da Espanha que conheço diretamente.

O Partido Comunista Português se pronunciou muito claramente, pela voz de Álvaro Cunhal, em seu X Congresso, realizado na clandestinidade em 1974. A. Cunhal disse com todas as letras: devemos suprimir de nosso vocabulário certas expressões, algumas poucas. Devemos fazer isso porque, depois de 50 anos de fascismo, o povo português dificilmente pode compreender que o partido comunista, que luta pela liberdade, possa empregá-las. Por exemplo, a expressão ditadura do proletariado. E Cunhal disse com muita tranquilidade e firmeza: mas que ninguém se engane; nós abandonamos somente, unicamente, a expressão ditadura do proletariado, não abandonamos absolutamente nada do conceito, que é o conceito chave da teoria marxista em matéria de luta de classe. Em suma, A. Cunhal afirmava, tal como anteriormente Maquiavel: quando a situação política obriga a abandonar as palavras, é preciso fazê-lo, mas nesse caso não se pode nunca, nunca, nunca, abandonar a coisa, seja os princípios ou os conceitos. Porque, caso se abandonem, não em palavras, mas na realidade, ou seja, na prática, os princípios e os conceitos, perde-se a direção e a orientação, o que os marxistas chamam de linha política a seguir. E quando se perde a linha política, é como na navegação: não se pode chegar ao porto, ao destino.

Acrescento que o paradoxo mais surpreendente é que todas essas declarações favoráveis à ditadura do proletariado ou ao seu abandono ou ao abandono de sua expressão, e até as declarações de Stálin sobre a necessidade de abandonar a ditadura do proletariado porque a URSS a teria superado e entrado no socialismo, podem ser também consideradas *somente* como declarações, ou seja, como *palavras*. Esse ponto é muito importante, pois não se pode deter a luta das classes declarando que ela está suspensa ou superada.

Do mesmo modo, não se detêm as exigências objetivas, portanto, científicas, que o conceito de ditadura do proletariado exprime, declarando que se abandone o conceito de ditadura do proletariado ou sua expressão, ou o que alguns chamam, para se livrar dessa dificuldade, a noção de ditadura do proletariado, ou mesmo declarando, como o fez Stálin em 1936 e como continua a fazer Brejnev agora, que a ditadura do proletariado está superada na URSS, porque na URSS o socialismo existiria, e que, por consequência, o Estado soviético seria um “Estado de todo o povo”, o que é um absurdo do ponto de vista da teoria marxista. A teoria marxista demonstra cientificamente que o Estado existe somente nas formações sociais onde existem as classes, portanto, a luta de classes e uma classe dominante que exerce sua ditadura. Por consequência, teoricamente falando, a noção de um Estado que seria o “Estado de todo o povo” é um disparate absoluto. E como os aspectos dominantes da formação social soviética não parecem - ao contrário do

que pensam os camaradas chineses cujos argumentos é preciso examinar muito seriamente, argumentos que, infelizmente, não estão muito desenvolvidos - derivar da ditadura do proletariado, somos obrigados a nos colocar a seguinte questão: *qual é atualmente a relação de produção dominante na URSS, a relação de produção e as relações sociais, políticas e ideológicas correspondentes?*

Se pudéssemos, enfim, propor uma resposta científica a essa questão-chave, tal resposta poderia contribuir, neste âmbito precisamente, para dar início à solução de um dos aspectos mais graves da crise do movimento comunista internacional. Refiro-me à atual divisão do movimento comunista internacional, divisão que se constitui na força principal do imperialismo. Observo, aliás, que o próprio movimento comunista está examinando diretamente essa questão, graças à iniciativa política tomada pelos partidos comunistas ocidentais, cuja fundamentação o PCUS teve de reconhecer parcialmente no comunicado final da conferência de Berlim.

Evidentemente, o que acabo de expor levanta numerosas questões, que deveriam ser examinadas em detalhe. Mas antes de examinar essas questões, vou simplesmente expor a teoria marxista da ditadura do proletariado tal qual se encontra em Marx e em Lênin. Não falarei de Gramsci, porque sua posição é complicada. Ele nunca empregou, em seus *Quaderni* [*Cadernos*], a expressão ditadura do proletariado, o que se pode explicar pelo fato de que estava na prisão e submetido a uma censura implacável. Sabe-se, por exemplo, que, devido à censura, Gramsci, que não considerava, em absoluto, que a filosofia marxista fosse a “filosofia da práxis”, nem que a ciência marxista fosse uma filosofia, empregava a expressão “filosofia da práxis” para se referir ao pensamento de Marx, à teoria de Marx, portanto, à ciência marxista e à filosofia marxista ao mesmo tempo. Temos o direito de supor que se Gramsci tivesse podido expressar-se com toda liberdade, ele teria empregado a expressão ditadura do proletariado, e não a expressão hegemonia, para designar o conceito de ditadura do proletariado e a realidade da ditadura do proletariado. Se ele tivesse podido expressar-se assim com plena liberdade, isso teria eliminado muitas dificuldades, e os intérpretes italianos, espanhóis, franceses e outros, que tentam compreender o pensamento de Gramsci e têm muitas dificuldades em consegui-lo, não perderiam seus tempos com interpretações inúteis, e o movimento comunista internacional, que está, com toda a razão, muito ligado a Gramsci, ganharia uma imensa vantagem: a de tornar clara essa questão, que é politicamente decisiva, e também a vantagem de não mais cometer erros políticos praticados em nome dessas interpretações inexatas. Graças a isso, poder-se-ia finalmente ajustar as palavras às coisas, colocar as declarações oficiais dos partidos comunistas em acordo com a prática real da luta de classes das massas populares, pois eis o drama, o paradoxo, e também o fundamento de nossa certeza da vitória, as massas populares, estejam elas cons-

cientes ou não da verdade científica da ditadura do proletariado, conheçam ou não a ditadura do proletariado, sabem não por meio de palavras, nem mesmo com sua cabeça, mas na e por meio de suas lutas concretas o que é a ditadura do proletariado, porque elas sabem o que é a ditadura da burguesia, a ditadura do imperialismo. Basta que elas saibam disso, porque a ditadura do proletariado é no princípio, como irei demonstrar, o mesmo que a ditadura da burguesia, evidentemente com a diferença de que na ditadura do proletariado é o proletariado que exerce a ditadura, e não a burguesia.

Volto, agora, ao meu tema, a ditadura do proletariado, e, para começar, faço essa simples pergunta: qual é o estatuto teórico da expressão “ditadura do proletariado”?

E eu respondo: essa expressão possui o estatuto de um conceito científico no sentido forte, no sentido mais forte que possa existir, no sentido de uma verdade científica demonstrada, provada e continuamente verificada na prática. E acrescento: esse conceito científico pertence, como conceito científico, à ciência fundada por Marx, não a que denominam de filosofia marxista, que, a meu ver, não existe, ou seja, de modo mais preciso, não existe sob a forma clássica do que se denomina – na divisão intelectual do trabalho burguês – como “a filosofia”, portanto, não pertence ao que se chama de filosofia marxista, mas à ciência que Marx fundou e que é geralmente designada pela expressão “materialismo histórico”. Qual é o objeto dessa ciência (posto que, à diferença da filosofia, que não tem objeto, toda ciência tem objeto)? O objeto desta ciência são as leis da luta de classes. Isso não é, como acreditava o próprio Engels e como acreditam muitos marxistas, a Economia Política.

Karl Marx demonstrou – repito: demonstrou – no sentido mais forte que existe no mundo de uma *demonstração científica*, que o que chamam de Economia Política e o que existe sob esse nome nas sociedades imperialistas e infelizmente também na União Soviética e nos países socialistas, não é uma ciência, mas uma formação teórica da ideologia burguesa, portanto uma formação teórica produzida pela luta de classe ideológica burguesa contra o proletariado, uma formação teórica da ideologia burguesa que tem naturalmente, se nós somos materialistas, consequências práticas nas lutas de classes burguesa contra o proletariado; ou melhor, uma formação teórica da ideologia burguesa produzida para produzir esses efeitos da luta de classe contra a luta de classe do proletariado.

Assim, o objeto da ciência fundada por Marx são, e são unicamente, *as leis da luta de classes* nas diferentes formações sociais que derivam do que Marx denominava os diferentes modos de produção.

Se a expressão ditadura do proletariado é um conceito científico, isso quer dizer que ela fornece o conhecimento verdadeiro da realidade que porta o mes-

mo nome. Em toda ciência, as coisas são deste modo: as palavras designam as próprias coisas, o que só é verdade quando se alcançou a verdade científica. Mas a mesma coisa é falsa quando se permanece na ideologia, quer seja teórica ou prática, por exemplo política. Um exemplo dessa inadequação: a União Soviética, onde, apesar das declarações dos dirigentes soviéticos que dizem que a ditadura do proletariado está superada, não sabemos exatamente se a ditadura do proletariado está efetivamente superada. Quando nos enganamos sobre a realidade, também nos enganamos com as palavras, e vice-versa. Isso nós sabemos desde que as ciências existem, ou seja, como precisou Spinoza, desde o começo da existência da primeira ciência no mundo capaz de propiciar demonstrações e por isso mesmo capaz de demonstrar *ipso facto* que ela era uma ciência, a matemática.

Se a expressão ditadura do proletariado designa um conceito científico da teoria científica fundada por Marx, e que tem por objeto *as leis da luta de classes nas sociedades de classe*, é necessário evidentemente reconhecer que essa expressão, que designa também, e ao mesmo tempo e com pleno direito, a realidade que designa, porque propicia o conhecimento dela, é preciso reconhecer que essa expressão pode, como expressão, desempenhar outros papéis subordinados. Ela pode ser utilizada como ideia (ou seja, ideia que pode ser justa sem ser explicitamente o objeto de uma demonstração), ela pode ser utilizada como noção e até mesmo como ideia falsa, ou seja, como erro (quando pronunciando a palavra designa-se algo diferente da realidade e de seu conhecimento); ela também pode ser utilizada como palavra de ordem na ação política, etc.

Todas essas diferentes utilizações são secundárias em relação à primeira utilização, ao emprego da expressão ditadura do proletariado como conceito científico. E é muito importante compreender essa expressão, pois ela quer dizer duas coisas, que são uma única e mesma coisa:

- 1) É a partir do emprego da expressão como conceito científico que se pode compreender os outros empregos da mesma expressão e compreender os empregos errôneos, os empregos falsos da mesma expressão, e
- 2) O inverso não é verdadeiro. Esta verdade o próprio Spinoza exprimiu em sua fórmula célebre: *verum index sui et falsi*, o que quer dizer: é somente a partir de um conceito científico verdadeiro, que se pode demonstrar que se trata de um conceito científico e que é verdadeiro, e é somente a partir desse mesmo conceito científico verdadeiro que se pode compreender os falsos empregos da mesma expressão, ou seja, o erro, ou o que Spinoza denomina o *falsum*, o falso.

Prossigamos. Se a expressão ditadura do proletariado é um conceito científico da teoria marxista, designando de maneira adequada, como diz Spinoza seu objeto, ou seja, propiciando o conhecimento objetivo de seu objeto, a interpretação



historicista da ditadura do proletariado, defendida pelos dirigentes do Partido Comunista Francês, é evidentemente um disparate. Um conceito científico, uma verdade objetiva não pode ser, como disse um dirigente do Partido Comunista Francês, superada “pela vida”. Para todos os homens que viveram desde que os matemáticos propiciaram a demonstração de que  $2 + 2 = 4$ , a verdade  $2 + 2 = 4$  não pode ser jamais superada, não pode ser jamais “superada pela vida”. O mesmo ocorre com o conceito de ditadura do proletariado. Como dizia Spinoza sobre todas as verdades científicas, sua verdade é eterna; ou seja, válida em todos os tempos e em todos os lugares. Isso quer dizer evidentemente que essa verdade é sempre válida, mesmo quando seu objeto não existe, mas ela é evidentemente aplicável unicamente quando seu objeto existe. A diferença entre a validade universal, independentemente da existência atual de seu objeto, de uma verdade científica, e a aplicabilidade prática desta mesma verdade, é uma diferença evidente, pois a mesma verdade só pode ser aplicada a seu objeto se esse objeto existe atualmente. Isso quer dizer muito concretamente que a ditadura do proletariado é verdadeira para nós, mesmo que a ditadura do proletariado, ou seja, o socialismo, não exista em nossos países. Quando o proletariado já tiver tomado o poder, a verdade da ditadura do proletariado existirá de outro modo, pois seu objeto terá existência atual; portanto, essa verdade será diretamente aplicável, enquanto hoje ela é apenas indiretamente aplicável, somente estrategicamente.

Do mesmo modo, quando o comunismo reinar sobre o mundo, a verdade da ditadura do proletariado existirá sempre, como sendo a verdade do que se passou sob o socialismo, mesmo que ela não tenha mais a oportunidade de ser aplicada ao que se passará sob o comunismo. Porque as classes, a luta de classes tendo desaparecido, a ditadura do proletariado se tornará supérflua.

Eu devia fazer essas observações para sair enfim do atoleiro do historicismo, que é uma das formas da ideologia filosófica burguesa mais perigosas para o movimento operário internacional, pois o historicismo consegue colocar o movimento operário em dúvida sobre o caráter científico da teoria científica de Marx. Sem dúvida, junto com o neopositivismo, o historicismo é, para o movimento operário, a mais perigosa forma de luta ideológica de classe da burguesia. Ademais, ele tem profundas afinidades com o neopositivismo, pois ambos são duas formas de *empirismo*, o inimigo filosófico número 1 da luta de classe do proletariado. Isso pode ser facilmente demonstrado, mas não poderei fazer isso hoje.

Aqui se coloca inevitavelmente a questão: não há um problema de vocabulário? A palavra ditadura não engendra efetivamente dificuldades?

Certamente, há um problema de palavras. Pois todo conceito deve se manifestar, ou seja, se fixar na linguagem, e, portanto, se identificar com palavras

definidas, nos dois sentidos do termo: se reconhecer nelas e fazer corpo com elas.

O constrangimento objetivo absoluto de ter que se identificar com as palavras e a relativa independência do sentido do conceito em relação às palavras que o exprimem fazem com que, em tese, nada se oponha à mudança das palavras, caso seja preciso ou se encontrem outras melhores. Sabe-se que Gramsci, por exemplo, praticamente nunca empregou a expressão “ditadura do proletariado” nos seus *Cadernos do cárcere*. Era talvez para contornar a censura, como vimos acima. Mas o fato é: ele se serve de várias palavras, mas sem abandonar o conceito. São melhores? É possível: é algo a examinar em detalhes.

Portanto, pode-se, em tese, mudar as palavras. Mas sempre há a necessidade das palavras e a margem de liberdade não é, de fato, tão grande: pois é necessário passar pelos constrangimentos da linguagem estabelecida, que é sempre conservadora, porque registra as coisas e os sentidos reconhecidos pela ideologia dominante. E quando se quer lhe fazer dizer, em uma fórmula breve e compreensível, como foi o caso de Marx, alguma coisa de inacreditável, que a incomoda de fato em seus hábitos, é necessário lhe violentar.

Violentar na linguagem: todos os poetas, filósofos e sábios sabem disso, todos os militantes revolucionários também.

Pois, enfim, se Marx forjou, em 1852, depois de ter chamado no *Manifesto* (1848) o proletariado a se erigir “em classe dominante”, a expressão “ditadura do proletariado”, foi evidentemente para forçar que se visse, sob a enorme camada das “evidências” da ideologia burguesa, uma realidade que ninguém havia antes descoberto. E pela força das coisas, não havia evidentemente nenhum nome na linguagem existente para designar essa realidade. Marx fez como todo mundo. Pegou as palavras que lhe eram necessárias, lá onde elas se encontravam. Pegou uma palavra da linguagem política: *ditadura*. Pegou uma palavra na linguagem do socialismo: *proletariado*. E as forçou a coexistir em uma expressão explosiva (ditadura do proletariado) para exprimir, num conceito sem precedente, a necessidade de uma realidade sem precedente.

Portanto, é perfeitamente exato: acoplando a palavra proletariado à palavra ditadura, Marx violentou, devemos reconhecer, a palavra ditadura. Ele a deslocou de seu sentido: mas para fazer uso de seu sentido.

Pois, se na tradição clássica, e, portanto, na linguagem existente, a palavra ditadura designara um poder absoluto, tratava-se unicamente então do poder político, ou seja, do poder de governar, quer ele fosse detido por um homem (Roma) ou por uma assembleia (Convenção), sob formas legais nos dois casos. Mas ninguém antes de Marx teria imaginado que se pudesse falar da *ditadura de uma classe social*, pois essa expressão não tinha nenhum sentido no quadro de refe-

rência obrigatório das instituições políticas. Ora, é justamente isso que fez Marx: ele arranca a palavra ditadura de seu domínio do poder político, para forçá-la a exprimir uma realidade radicalmente diferente de toda forma de poder político: essa espécie de poder absoluto, sem nome antes dele, que exerce necessariamente toda classe dominante (feudal, burguesa, proletária), não apenas político, mas muito além disso, *na luta de classes que abrange o conjunto da vida social, da base à superestrutura, da exploração à ideologia circunstancialmente, mas somente circunstancialmente, pela política.*

Tente fazer melhor com duas palavras, e você verá: não é tão fácil! Falar de dominação de classe (como fez *O Manifesto*) ou hegemonia de classe (como fez Gramsci): podem ser ou parecer ser expressões ou muito frágeis ou muito eruditas. Seria preciso uma palavra familiar bastante forte, e que deixe sua marca, para permitir não somente compreender, mas sentir a força admirável dessa relação de “poder absoluto” de classe. Seria preciso uma palavra que desse a ideia de um “poder absoluto” acima da lei: ditadura.

Porém, ao mesmo tempo, seria preciso uma palavra excepcional para designar esse poder de exceção: um poder que é “absoluto” justamente porque ele está acima das leis – traduzam: *mais* elevado, vasto e profundo que o poder político sozinho. Ora, como ditadura continha a ideia de um poder absoluto acima das leis, Marx se apropriou deste sentido para forçá-lo a dizer, acoplando ditadura a proletariado, algo bastante diferente: na luta de classes, o poder da classe dominante está acima das leis, isto é, muito acima e para além da política.

Lênin escreve: “A ditadura é uma importante palavra, rude, sangrenta, uma palavra que expressa a luta sem clemência, a luta até a morte de duas classes, de dois mundos, de duas épocas da história universal. Não se jogam tais palavras ao vento”.

É assim que o conceito de ditadura do proletariado, vestido dessas duas únicas palavras, entrou quase nu na teoria e na história, como uma violência feita na linguagem, como uma violência de linguagem para falar da violência da dominação de classe.

Isso quer dizer que o conceito de ditadura do proletariado repousa sobre a ideia de que a dominação de classe é à sua maneira um poder absoluto que não se reduz às formas do poder político?

Por ora, eu responderei: sim.

Mas isso quer dizer precisamente que o conceito de ditadura do proletariado não pode ser compreendido isoladamente. E, de fato, ele remete sempre a um outro conceito: o conceito de *ditadura burguesa*. Os dois conceitos são idênticos. O que muda é a classe que domina. Mas o que não muda é a alternativa: ou uma classe ou outra, ou a burguesia ou o proletariado. Mas, para compreender essa

alternativa, é preciso acrescentar: é o conceito de ditadura da burguesia que detém o “segredo” do conceito de ditadura do proletariado.

Todo mundo conhece os paradoxos célebres de Marx, Engels e Lênin sobre a ditadura da burguesia. Em vários momentos, Lênin afirma que a democracia parlamentar burguesa mais “livre” é a forma por excelência da ditadura da burguesia (eu não discuto aqui a ideia contestável de que possa existir uma “forma por excelência”). O que ele faz? Ele coloca em evidência essa distinção fundamental: as formas políticas mediante as quais se exerce a ditadura de uma classe na luta de classes são uma coisa, outra coisa é a própria ditadura de classe. E Lênin acrescenta: a ditadura de uma classe se exerce efetivamente em e mediante formas políticas, mas não se reduz a isso. O que, coligido, significa: não se pode compreender o sentido e a função das formas políticas (variáveis segundo o curso da luta de classes) da ditadura de uma classe sem as reportar à ditadura dessa classe na luta de classes, e às relações de força nesta luta de classe.

Essa distinção entre ditadura de classe e formas políticas que contribuem para realizar esta ditadura vale tanto para o proletariado quanto para a burguesia. E é por isso que, colocando esse mesmo paradoxo a serviço da ditadura do proletariado, Lênin pode sustentar a ideia de que a forma política (e social, nós veremos o motivo) por excelência da ditadura do proletariado é “a democracia das mais amplas massas”, “mil vezes mais livre” que a mais livre das democracias burguesas.

Se não sustentamos firmemente esta distinção entre a ditadura da classe dominante na luta de classes e as formas políticas nas e mediante as quais essa ditadura também se exerce, não podemos compreender “a necessidade” da ditadura do proletariado (Marx).

Essa distinção repousa sobre uma grande ideia, fundamental na teoria marxista. Para Marx, as relações de luta de classes, (inclusive) sancionadas e reguladas pelo direito e as leis em proveito da classe dominante, não são, em última instância, relações jurídicas, mas relações de luta, ou seja, relações de força, em resumo relações de violência declarada ou não. Isso não quer dizer que, para Marx, o direito e as leis tenham uma essência “jurídica” pura, portanto sem violência, mas isso significa que: as relações de classes são, em última instância, relações extra-jurídicas (com uma força distinta do direito e das leis), portanto, relações “acima das leis”, porque são, em última instância, relações de força e violência declarada ou não, significa que a dominação de uma classe na luta de classes deve ser “necessariamente” pensada como “poder acima das leis”: ditadura.

Se, alguns minutos atrás, eu parecia fazer uma reserva ao dizer “por ora”, era para assinalar que seria preciso ir mais longe. Mas chegamos lá.

Pois não basta dar uma definição somente negativa e dizer: o poder de dominação de classe é, em última instância, “extra-jurídico”, ou seja, “não jurídico”.

É preciso dizer *positivamente* o que é esse poder absoluto, e mostrar o que designa a “última instância”.

Ora, não se pode responder a essas questões sem levar realmente em conta a teoria marxista da luta de classes, tal qual ela resulta da análise do modo de produção capitalista, *O Capital*.

Mas atenção: não se pode cair nas armadilhas de nossos adversários atuais, e crer, como eles supõem, que a teoria da luta de classes teria começado com Marx, e pertenceria ao marxismo, como sua descoberta ou sua invenção. A teoria da luta de classes foi primeiramente uma teoria burguesa e continua sendo. Não foi Marx que descobriu “a existência das classes e de sua luta”. Ele próprio afirmou: “Não fui eu, mas os historiadores e economistas burgueses”. E Marx acrescenta: “O que eu trouxe de novo, é (...) a ideia de que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado” (carta a Weydemeyer, 1852). Chegamos, então, ao ponto mais candente, no qual, o que distingue a teoria burguesa da luta de classes da teoria marxista da luta de classes é... *a ditadura do proletariado*: ao ponto onde a teoria marxista da luta de classes e o conceito de ditadura do proletariado estão ligados como os lábios e os dentes.

Com essa surpreendente advertência, podemos entrar no que é a teoria burguesa da luta de classes para opô-la ao que é realmente a teoria marxista da luta de classes.

Pode-se dizer que os teóricos burgueses adotam uma concepção que distingue as classes, de um lado, e a luta de classes, de outro: e, mais frequentemente, uma concepção que estabelece o primado lógico ou histórico das classes sobre a luta de classes. Os teóricos burgueses reconhecem a existência das classes, mesmo quando a chamam por outro nome. Como as concebem separadas da luta de classes, eles caem numa concepção econômica, sociológica ou psicossociológica das classes. Nada de surpreendente. Pode-se provar histórica e teoricamente que a Economia Política, a Sociologia, a Psicossociologia, foram forjadas para servir teoricamente e praticamente a essa concepção da luta de classes pela ideologia burguesa. De toda maneira, eles concebem primeiro a existência das classes, e a luta de classes vem em seguida, como um efeito secundário, derivado, mais ou menos contingente da existência das classes e de suas relações. Como eles pensam, então, a luta de classes? Em termos de Sociologia, de Psicossociologia, de política e de ideologia: a ideologia burguesa lhes propicia tudo o que é necessário para isso.

No entanto, o que é interessante são as consequências políticas dessa concepção. Se a luta de classes é um efeito derivado, mais ou menos contingente, pode-se sempre encontrar o modo de superá-la, tratando-a com os meios apropriados: esses meios são as formas históricas de colaboração de classe, nas quais

o reformismo do movimento operário se combina com os métodos capitalistas da “participação” operária em sua própria exploração.

Marx adota uma concepção totalmente distinta. Contrariamente aos teóricos burgueses que estabelecem uma diferença entre as classes e a luta de classes, e estabelecem em geral o primado das classes sobre a luta de classes, Marx estabelece a identidade da luta de classes e, no interior desta identidade, o primado da luta de classes sobre as classes. Peço desculpas por empregar esta fórmula, que é abstrata e parece difícil de compreender. Ela significa que a luta de classes, longe de ser um efeito derivado e mais ou menos contingente da existência das classes, forma um todo com o que divide as classes em classes e reproduz a divisão em classes na luta de classes. Filosoficamente falando isso se expressa assim: segundo os diferentes períodos históricos, o primado da contradição sobre os contrários, ou a identidade da contradição e dos contrários.

Para observar como se opera concretamente essa divisão em classes sob o efeito da luta de classes, para observar concretamente em que a existência das classes é idêntica à luta de classes, basta analisar o que se passa na base econômica, “determinante em última instância”, e examinar justamente a relação de luta de classe que divide as classes em classes: a relação de produção capitalista.

Ora, o que se observa nessa relação? Com a condição de considerá-la em si mesma e em suas pressuposições que são também seus efeitos (o conjunto das relações sociais que, ao mesmo tempo que a condicionam, dependem dela), veremos o que se segue. Formalmente, a relação de produção capitalista se apresenta como uma relação jurídica: de compra e venda da força de trabalho. Contudo, essa relação não se reduz nem a uma relação jurídica, nem mesmo a uma relação política, nem tampouco a uma relação ideológica. A detenção dos meios de produção pela classe capitalista (que está por detrás de cada capitalista individual) pode muito bem ser sancionada e regulada pelas relações jurídicas (cuja aplicação pressupõe o Estado): ela não é uma relação jurídica, mas uma relação de força ininterrupta, desde a violência aberta do desapossamento no período da acumulação primitiva até a extorsão contemporânea da mais-valia. A venda da força de trabalho da classe operária (que está por detrás de cada trabalhador produtivo) pode ser sancionada pelas relações jurídicas: ela é uma relação de força ininterrupta, uma violência feita aos despossuídos, que passam do exército de reserva ao trabalho ou vice-versa.

No coração da relação de produção capitalista, que divide as classes em classes e reproduz essa divisão através do duplo processo de acumulação e de proletarianização, encontra-se, portanto, em última instância, (isto é, ancorada nesta “última instância” que é a produção), a violência de classe, esta violência “fora da lei” que exerce a classe capitalista sobre a classe operária.

A ditadura burguesa é ditadura porque é nada mais, em última instância, do que esta violência mais forte que as leis. Em última instância, mas apenas em última instância, pois esta violência não se pode exercer sem as formas do direito que a sancionam e a regram, sem as formas políticas que sancionam e regram a detenção do poder de Estado pela classe dominante, tendo em vista a sanção do direito, e sem as formas ideológicas que impõem a sujeição à relação de produção, ao direito e às leis da classe dominante. Se a guerra, entendida no sentido da guerra à qual se entregam dois Estados com seus exércitos, é, segundo Clausewitz, “a continuação da política por outros meios”, portanto, é preciso dizer que a política é a continuação da guerra (de classe) por outros meios: o direito, as leis políticas e as normas ideológicas. Mas sem essa guerra, sem essa violência, sem a violência da exploração de classe, não se pode compreender nem o direito, nem as leis, nem a ideologia.

A relação de classe é, então, uma relação de luta, de força “anterior a qualquer direito”, e é necessariamente uma relação antagonista. É essa relação inconciliável que realiza o primado da luta das classes sobre as classes.

É essa “lei”, não jurídica, não política, da luta de classes que “conduz necessariamente” (Marx) não somente à ditadura da classe dominante, mas também à alternativa: ditadura da burguesia ou ditadura do proletariado.

Pode-se facilmente imaginar que essa concepção não tenha nada a ver com “a Economia Política”, a Sociologia ou a Psicologia, essas formações da ideologia burguesa com as quais o marxismo nada tem a fazer, pois são as próprias armas da luta de classe burguesa na ideologia da “sociedade”. Mas observa-se claramente que esta concepção demarca uma política totalmente distinta da concepção burguesa e social-democrata. Se a luta de classes não é um efeito derivado e mais ou menos contingente da existência das classes, a colaboração de classe e o reformismo tornam-se o que eles são: armas da burguesia em sua luta de classe. Em contrapartida, as organizações da luta de classe operária devem apreender a lei natural e científica que rege a luta de classe e tirar, na teoria e na prática, as consequências de sua alternativa: ditadura burguesa (quaisquer que sejam as formas políticas) ou ditadura do proletariado (quaisquer que sejam as formas políticas? Veremos.). É este o objetivo que *O Manifesto* designava ao proletariado: “constituir-se em classe dominante”. Mas podemos parar por aí? A questão do Estado...

Certamente, não se pode parar por aí. Mas precisaria começar por aí, a fim de observar como tudo se ajusta.

Aqui, é preciso um pouco de atenção, pois a questão do Estado é complicada e a teoria marxista nem sempre é bem compreendida.

Uma vez admitida a existência da luta de classes e da dominação (ditadura)

de classe, subsiste, efetivamente, algo a compreender: por que o Estado?

Aqui também, a teoria marxista se opõe à teoria burguesa do Estado. O Estado não é uma realidade exterior à luta de classes, superior à luta de classes, uma realidade com “vocação” superior às classes, universalista ou “espiritual”, um árbitro que se identifica, ainda que parcialmente, com o que se designa como “interesse geral” ou “público”. O Estado se compreende apenas em função da luta de classes e da dominação de classe. Instrumento da dominação de classe a serviço da classe dominante, o Estado não se presta somente a intervenções pontuais (violentas ou não), mas sobretudo   reprodução das condições gerais (jurídicas, econ micas, políticas e ideológicas) da relação de produção, das relações de classe existentes em proveito da classe dominante.

Quando sustentamos esta concepção com firmeza, descobrimos naturalmente tr s questões: a questão da natureza própria do Estado, a questão da detenção do poder de Estado e a questão da destruição do aparelho de Estado.

Não basta, com efeito, repetir piedosamente as fórmulas: o Estado é o instrumento da dominação de classe na luta de classe etc.; é preciso ainda saber do que é feito esse “instrumento”, que não   único e, desdenhando do “funcionalismo”, como ele opera. Ora, Marx e Lênin sempre responderam, com extrema insistência, por meio de duas palavras novas (uma vez mais: as palavras novas!): o Estado é um “aparelho”, o Estado é uma “máquina”. Mas como eles também afirmavam (e com razão), este aparelho era antes de tudo *um aparelho de repressão*, e essa máquina *uma máquina para reprimir*, são retiveram dessas palavras (aparelho, máquina), a ideia de um instrumento *repressivo*, de um mecanismo repressivo, que remete à dominação de classe pela violência etc. Na verdade, deixamos tranquilamente estas palavras de lado: aparelho, máquina. Ora, elas possuem um sentido muito rigoroso. Porque elas têm um sentido em comum, mas não aquele que imaginávamos. O que aparelho e máquina têm, de fato, em comum   significarem “*um conjunto mecânico ou orgânico que opera transformações (da matéria, da forma, do movimento, da energia, etc.)*”. É preciso conceber, pois, o “aparelho” e a “máquina” ao p  da letra e dizer: o Estado é um conjunto de mecanismos que opera transformações, por excelência uma transformação. Qual?

Assim como a máquina a vapor opera a transformação do calor em movimento, eu diria que o Estado   esta máquina que transforma a violência em poder, mais precisamente esta máquina que transforma as relações de força da luta de classes em relações jurídicas regradas em lei. Montesquieu não dizia nada diferente quando falava da divisão ou separação de poderes. O que   que transforma a violência de classe em poderes, senão a máquina do Estado e os separa como lhe conv m para que a ditadura de classe seja assegurada nas melhores condições? – senão a máquina do Estado?   próprio sujeito, ainda que cego,



do *Espírito das Leis*.

Proponho, então, levar em consideração essa ideia forte de máquina, e dizer: o Estado é essa máquina que opera a transformação da força em poder, da luta de classes em relações jurídicas (direito, leis, normas). Proponho que se diga: o Estado é uma máquina de poder, e que, mediante tal poder, sua própria força, transforma “o poder absoluto acima das leis” em poder das leis.

A vantagem dessa fórmula é a de mostrar que as leis (tudo o que é lei, não somente as leis políticas, mas toda “prescrição”, escrita ou não, que “emane da autoridade soberana” e seja do domínio jurídico, político, ideológico) são apenas relações de força, se exercendo sob a *forma do direito*, ou seja, sob a forma da regra, e que a famosa pureza do direito (seja mercantil ou político, privado ou público) e das normas (ideológicas, religiosas, morais ou filosóficas) é somente a forma transformada da violência das leis, o que esclarece a violência que reina nas leis, e essa violência particular que acompanha o reino consentido das normas, isto é, dos “valores” disfarçados de “ideias”: a ideologia.

O interesse por essa fórmula é mostrar que, para transformar a violência de classe em leis, o Estado tem necessidade, como qualquer outra máquina, de uma estrutura e de uma força determinadas, que sejam suas e formem seu corpo, muito precisamente de uma estrutura que seja capaz, por sua própria força, de condensar a violência de classe na força do Estado, para servir à sua transformação em leis. Esta estrutura é o que se chama correntemente, com uma expressão equívoca (pois ela pode fazer crer que o Estado existiria antes de seu aparelho), o aparelho de Estado. Mas não tratarei desse ponto importante.

Enfim, a vantagem dessa fórmula que define o Estado é a de mostrar a dependência íntima existente entre o Estado e a classe dominante.

A teoria marxista traduz essa dependência em duas concepções decisivas que se referem à ditadura do proletariado: o caráter de classe inconciliável do poder de Estado e o caráter de classe do aparelho de Estado.

Como o Estado possui, enquanto aparelho e máquina, uma estrutura e uma força próprias, se poderia pensar que, inclusive sendo produto e meio da luta de classes, a inércia da própria força do Estado (enquanto aparelho e máquina) neutraliza-o real ou virtualmente. E o poder de Estado poderia então ser detido, como qualquer instrumento neutro e indiferente ao seu detentor, seja por uma classe ou outra, seja por uma aliança de classes que partilham o poder. Mas acreditar nisso é esquecer que a dependência do poder de Estado em relação à luta de classes abre-se em definitivo para uma única alternativa: somente uma classe pode deter o poder de Estado, a burguesia ou o proletariado. A natureza de classe (da detenção) do poder de classe é uma proposição essencial da teoria marxista. Essa ideia não exclui, de forma alguma, a necessidade de uma aliança

de classe para a conquista do poder de Estado, nem a possibilidade da participação, em igualdade de “direitos” com a classe operária, de várias camadas sociais, no exercício do poder de Estado após a revolução. Ela indica somente, mas em definitivo, que as relações de força na luta de classe fazem com que, seja qual for a aliança ou a participação, o poder de Estado se incline para o lado de uma única classe: a classe efetivamente dominante.

O mesmo ocorre com o chamado aparelho de Estado. Nesse caso, também se poderia pensar que, ainda sendo produto e meio da luta de classes, a inércia da própria força do aparelho de Estado o neutraliza real ou virtualmente, e que bastaria à nova classe dominante dar suas ordens ao antigo aparelho para ser obedecida e assegurar assim sua dominação de classe. Mas crer nisso é ignorar que o aparelho de Estado se assemelha a um cão, que obedece apenas a seu dono, é ignorar (abandonemos o cão) a dependência do aparelho de Estado em relação às formas da luta de classes. Pois, nenhuma classe escolhe as formas de sua luta de classe, ou seja, as formas jurídico-político-ideológicas de sua dominação de classe, e, por conseguinte, a estrutura de seu aparelho de Estado são impostas a ela pelas formas de sua exploração econômica e da opressão política e ideológica que depende dela.

Eis porque, quando se tornou dominante, conquistando o poder de Estado, a nova classe dominante se vê obrigada, queira ou não, a transformar o aparelho de Estado que herda, para adaptá-lo às suas próprias formas de exploração e de opressão. Essa transformação pode ser mais ou menos profunda e mais ou menos rápida: ela é de qualquer maneira inevitável. Para considerar apenas esse exemplo, a burguesia não podia se impor como classe dominante sem transformar profundamente e de modo duradouro o aparelho de Estado herdado do feudalismo. E se essa transformação demanda tempo, é preciso considerar este tempo no sentido forte: é o tempo necessário à nova classe dominante para transformar, por meio de uma luta de classe adaptada à sua exploração, o aparelho de classe da antiga classe dominante.

E como esta luta de classes é somente uma parte do conjunto da luta de classe, e como esse conjunto dura e muda; é preciso não se surpreender se a configuração do aparelho de Estado mudar: como qualquer um pode observar, o aparelho de Estado imperialista de 1976 na França já não é mais o aparelho de Estado capitalista de 1880.

Agora, atingimos em cheio os problemas políticos concretos ligados à ditadura do proletariado: tomada do poder de Estado, destruição do aparelho de Estado, formas políticas da ditadura do proletariado, extinção do Estado...

Tentemos, pois, esclarecer um pouco essas questões muito atuais e muito controversas, colocando-nos sempre do ponto de vista ao qual Marx nos convida,

ou seja, o ponto de vista da fusão do movimento operário com a teoria marxista; do ponto de vista da ditadura do proletariado; ou simplesmente do ponto de vista da teoria marxista, tal como ela esclarece o conceito de ditadura do proletariado, e tal como o conceito de ditadura do proletariado esclarece a teoria marxista.

Inicialmente, a questão da tomada do poder de Estado pelo proletariado. É incontestável que, na tradição histórica e política cujos militantes vivos herdaram, o conceito de ditadura do proletariado é 100% identificado hoje com a tomada violenta do poder de Estado. É um fato que precisaria de todo um estudo histórico e político para esclarecer suas razões. Não posso examinar aqui as causas dessa identificação. Mas o que já está claro é que, do ponto de vista teórico, essa identificação não corresponde à nenhuma necessidade teórica, nem tampouco à nenhuma necessidade histórica geral, a menos que se caia num fatalismo histórico incapaz de se equivar acima da brutalidade do “fato consumado”.

Na realidade, considerado em si, ou seja, no contexto da teoria marxista, o conceito de ditadura do proletariado não permite determinar nenhuma das formas concretas de tomada do poder de Estado. Isso não significa que lhe seja indiferente, mas isso quer dizer que: não se pode deduzir do conceito de ditadura do proletariado as formas concretas históricas, da tomada do poder de Estado, em um país determinado, em um momento determinado. Relembro que o conceito de ditadura do proletariado designa “*o poder absoluto acima das leis*”, o poder de classe, na luta de classes, da classe operária que chegou ao poder. Nessas condições, esse conceito não determina em nada, *a priori*, a forma política (violenta ou pacífica, legal ou não e, portanto, violenta-legal, violenta-ilegal, pacífica-legal, pacífica-ilegal) da crise do poder de Estado. Marx e Lênin eram bem conscientes disso, porque, ainda quando reconheciam que a “*passagem pacífica*” (portanto, democrática-burguesa) da classe operária ao poder de Estado fosse “*excepcional*” e, apesar de que, no tempo deles, a situação histórica impunha praticamente a passagem insurrecional, eles reconheciam, entretanto, a “*possibilidade*”. E não se pode objetar que as razões que eles tinham em favor dessa possibilidade (a debilidade do aparelho de Estado na Inglaterra ou nos Estados Unidos) desapareceram com as circunstâncias. O que as circunstâncias desfizeram, outras podem refazer. E, como se tratava em definitivo de uma possibilidade que, no espírito de Marx e Lênin, repousava apenas sobre a estimativa de uma relação de forças, por que outras circunstâncias não poderiam conduzir à mesma conclusão? O essencial é evidentemente não se equivocar sobre a estimativa da relação de forças.

Por conseguinte, pode-se concluir com toda certeza e afirmar claramente que o conceito de ditadura do proletariado não possui nenhuma competência teórica para decidir entre a passagem violenta ou a passagem pacífica ao “socialismo”.

O que somente pode decidir esta opção histórica é a relação de forças existente na luta de classes atual.

A questão da destruição do aparelho de Estado, que tem correlação com a construção de um novo aparelho de Estado, é aparentemente a mais difícil. Pois, enfim, por que o proletariado, convertido em classe dominante por meio da tomada do poder de Estado, não imitaria as outras classes dominantes? Por que ele também não se contentaria em transformar mediante a luta de classes, o aparelho de Estado que herda, por que ele também renunciaria a passar por diferentes configurações do aparelho de Estado? Aliás, é o que parece dizer Lenin quando afirma a possibilidade da existência dessas “diferentes formas políticas” sob a ditadura do proletariado. Mas por que é absolutamente necessário, segundo as palavras de Marx e Lênin, este também fazendo uma espécie de violência contra a linguagem, “quebrar” ou “destruir” o aparelho de Estado burguês?

Bons observadores que sabem, desde Engels e as metralhadoras, que o tempo das barricadas acabou, relembra-nos que o aparelho de Estado burguês compreende “*tropas de homens armados*”, de uma potência tão desmesurada frente a toda insurreição popular, e representa um perigo mortal para qualquer tentativa das massas revolucionárias (vejam o Chile). Mas esses profetas que falam sempre das armas dos outros, são profetas que desarmam. Pois, por pouco que se conheça as relações de classe, que são, em última instância, determinantes, o que impede de comparar as forças das classes às forças das armas? E o que impede responder justamente que, se se trata de uma questão de relação de forças, e se, em uma circunstância determinada, em um país determinado, em uma época definida, a relação das forças de classe é muito favorável, se a aliança de classe é muito poderosa, e se, ao mesmo tempo (e pelas mesmas razões), o aparelho de Estado burguês é profundamente abalado e dividido, isto é, pelo menos em alguns de seus ramos, em parte, claro ou confusamente ganhos pela causa popular, - então, por que não?

Alguém pode achar que se eu falo assim das forças armadas, equiparando-as às forças de classe, parece que falo de insurreição e de guerra civil e, portanto, de tomada do poder de Estado e não da destruição do aparelho de Estado. Mas que ninguém se engane. Trata-se de uma única e mesma questão, pois, em última análise, sempre enfrentamos as mesmas armas, caso se queira tomar o poder de Estado ou destruir o aparelho de Estado. A esta mesma questão eu respondo com a mesma interrogação: se todas as condições de forças requeridas são atendidas, então por que não?

Contudo, Marx e Lênin insistem claramente: “quebrar”, “destruir” o aparelho de Estado. E aprendemos a levar a sério a insistência deles. Eles queriam dizer, como os anarquistas, que é preciso “*fazer tábula do Estado*”? Não, porque se trata

de substituí-lo por um novo Estado, um Estado singular, um “*Estado que seja um não-Estado*”, ou ainda, uma “*Comuna*” ou um semi-Estado. Este novo Estado é o Estado da ditadura do proletariado em pessoa. Evidentemente, para que este Estado singular seja o Estado da ditadura do proletariado, é preciso fazer mais do que transformar o antigo Estado burguês, é preciso “quebrar” e “destruir” alguma coisa no Estado burguês: precisamente aquilo que o faz ser o Estado da ditadura da burguesia. Mas, o quê?

Somente pode-se responder essa primeira questão sobre a destruição do aparelho de Estado burguês, fazendo uma segunda questão sobre o definhamento do Estado. O que quer dizer, concretamente, que a questão da destruição do aparelho de Estado burguês somente se compreende a partir do definhamento do Estado, *ou seja, a partir da perspectiva do comunismo*. Essa condição é absoluta.

Ao tornar-se dominante pela tomada do poder de Estado, a classe operária não se encontra na mesma situação que as antigas classes dominantes. Todas as antigas classes dominantes eram classes exploradoras: tinham (pensem na burguesia) feito seu ninho na antiga sociedade, lançado as bases materiais e sociais de um novo modo de produção, se introduzido no aparelho de Estado. Elas não tinham em mente de modo algum “*destruir*”, mas simplesmente substituir uma forma de exploração por outra. Isto era perigoso? Pode-se chegar a um acordo. É dando que se recebe: o aparelho de Estado da antiga classe dominante poderia colocar-se novamente em funcionamento, bastando transformá-lo sob medida, para adaptá-lo à nova forma de exploração. O antigo Estado não demandava outra coisa: colocar-se novamente em funcionamento.

A classe operária é uma classe diferente, é de uma outra natureza. É uma classe explorada, que não explora nenhuma classe. É a primeira classe na história que chega ao poder sem impor um modo de produção já instalado na antiga sociedade e sem a cumplicidade objetiva que existe sempre entre as classes exploradoras. A classe operária não oculta seus objetivos: o fim da exploração, a sociedade sem classes, o comunismo. Faz mais de 130 anos que os proclama, que forjou organizações da luta de classe, que deu mostras de sua resolução através de seus sacrifícios. Ela luta abertamente pelo comunismo. Aterroriza mais que a antiga burguesia: com a classe operária não mais existe o toma lá, dá cá. Ela convoca a união popular: mas é preciso dizer sim à união popular, e que o sim seja um sim. É possível que por uma iluminação milagrosa o aparelho de Estado burguês exija colocar-se novamente em funcionamento? A classe operária é a que menos gostaria de vê-lo.

Pois, quando se pensa na função policial, militar, econômica, política e ideológica do Estado; quando se pensa não somente no Estado visível (as instituições políticas, a polícia, o exército, os tribunais etc.), mas também no Estado invisível,

em todos os vínculos infinitamente sutis, mas sólidos da ideologia burguesa que brotam dos aparelhos ideológicos de Estado; quando se pensa que é necessário não somente dominar esse aparelho de Estado, mas transformá-lo para ir até o comunismo, neste momento, a palavra “transformar” torna-se frágil e a palavra “quebrar” começa a soar. Direi simplesmente o seguinte: entre o mundo da burguesia e o mundo do comunismo há, em algum lugar, uma ruptura; entre a ideologia burguesa, que domina, estrutura e inspira todo o aparelho de Estado e seus diferentes aparelhos (repressivos e ideológicos: o sistema político, sindical, escolar, a informação, a “cultura”, a família etc.), seu dispositivo, sua divisão do trabalho, suas práticas etc., e a ideologia do comunismo, há, em algum lugar, uma ruptura. “Quebrar” o aparelho de Estado burguês é encontrar, a cada momento, para cada aparelho, ou mesmo para cada ramo de um aparelho, a forma justa desta ruptura e levá-la a cabo concretamente no próprio aparelho burguês.

Como todo mundo, tenho alguma ideia sobre o sentido dessa “destruição”, mas, como são ideias de um indivíduo, eu as guardo em silêncio. Não se trata de derrubar as instituições da noite para o dia, nem a *fortiori* abater as pessoas. A destruição do aparelho de Estado burguês é uma tarefa política que, como qualquer outra tarefa política, exige uma análise, uma estratégia e uma tática e, acima de tudo, que se reconheça o “elo decisivo” e, caso se queira agir, o momento oportuno para cada ação. Para pegar apenas um exemplo, Lênin dizia que, depois da tomada do poder de Estado, era preciso quebrar essa peça essencial do aparelho de Estado burguês que é a democracia parlamentar. Como ele concebia essa “destruição”? Ele desejava tornar a democracia parlamentar “ativa e viva”, suprimindo, em particular, a divisão do trabalho entre o legislativo e o executivo, tornando, a todo momento, os eleitos revogáveis pelo povo. Destruição? Era na realidade um remodelamento profundo, para tornar esse aparelho político apto a servir ao comunismo.

Uma questão permanece, entretanto, em aberto: *quais podem ser as formas políticas nas quais se realiza a ditadura do proletariado?*

Creio ter demonstrado que não se podia deduzir da ditadura de uma classe (burguesia, proletariado) as formas políticas nas quais *também* se realiza essa ditadura. Digo *também*, para clarificar o sentido, que a ditadura de classe se realiza no âmbito da sociedade inteira, ou seja, não somente pelas formas políticas de seu poder, mas também pelas formas de sua exploração econômica e pelas formas de sua dominação ideológica.

É decisivo mencionar essas três formas: econômica, política e ideológica – para que não se fique obscurecido pelo que se passa no único nível chamado político.

Dito isto, é preciso descartar um mal-entendido fundamental, que infeliz-

mente pesa ainda sobre a “questão” da ditadura do proletariado e que assimila a ditadura do proletariado às diferentes formas possíveis da ditadura política, quer seja ela o feito de um homem (Stálin) ou de um partido (o partido comunista): a ditadura do proletariado, que se limita a indicar o fato da dominação de uma classe na luta de classes, não impõe nunca *a priori* a forma política de sua realização, seja aquela da ditadura, definida politicamente como poder tirânico, seja a de um homem ou de um partido.

Que Lênin pudesse, em determinado momento da história da revolução soviética, *constatar* que a ditadura do proletariado se exercia, de fato, sob a forma da ditadura política do partido bolchevique, confundido com o imenso aparelho de Estado, muito mal estruturado e muito fortemente burocratizado, e denunciar esse desvio em termos patéticos, prova ao mesmo tempo o risco histórico sempre possível de uma confusão, ou de uma degenerescência - que Stálin devia consagrar com hesitação de fala ou de consciência -, mas também a incompatibilidade e a heterogeneidade de princípio dos termos: ditadura do proletariado e forma política da ditadura.

Confusão histórica, incompatibilidade ou heterogeneidade teórica e política dos termos, não devemos ocultá-lo: aqui estamos numa encruzilhada dos caminhos. O que devemos compreender não é que existem caminhos (temos para isso cartógrafos de sobra), mas que eles se cruzam, ou seja, divergem. Devemos compreender que, sobre a questão das formas políticas da ditadura do proletariado, existem caminhos que se cruzam não por acaso, mas por necessidade. É essa necessidade que é preciso explicar, agora ou nunca.

Para ver aonde os caminhos conduzem, sobretudo quando se cruzam, é necessário mirar longe no horizonte: é preciso ter uma estratégia, a estratégia do comunismo. É preciso mirar longe no futuro da luta de classes, caso contrário, dizia Marx, a melhor organização da luta de classe proletária cai no oportunismo: basta-lhe sacrificar os interesses do futuro do proletariado nos seus interesses imediatos.

Pois, enfim, não se levou a sério, realmente a sério o que Marx dizia do socialismo: período de transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção comunista. Não se levou a sério essa simples realidade: *não existe modo de produção socialista*, mas uma transição, a forma inferior do comunismo, que se chama socialismo (Marx). E, por conta disso, não se levou tampouco a sério essa outra realidade: do mesmo modo que não existe modo de produção socialista, não existem (é simples) *relações de produção socialistas*. E tampouco se levou a sério a seguinte ideia de Marx e de Lênin: a luta de classe prossegue no período de transição chamado socialismo (e a prova é que o Estado subsiste nele) sob novas formas, sem relação visível com as formas familiares ao modo

de produção capitalista, mas como uma existência real.

O que há por trás de todas essas afirmações concordantes e que a prática de Lênin sob a Revolução soviética jamais desmentiu? Há essa definição de Lênin do período de transição, portanto, do socialismo: período definido pela contradição entre o capitalismo e o comunismo, pela contradição entre “elementos” capitalistas e “elementos” comunistas. Os termos (“elementos”) não são seguramente os mais adequados. Mas é isso uma ideia vaga ou abstrata? Certamente não.

Quando a classe operária, que conseguiu o poder de Estado, toma suas primeiras medidas, o que ela faz? Ela expropria (pela lei ou, como em Portugal, pela vontade dos trabalhadores: os trabalhadores dos bancos “tomaram o poder em suas empresas”, a lei veio apenas depois. Que venha antes ou depois, a lei não é nada mais que uma forma de violência feita à realidade estabelecida) os detentores dos meios de produção e de troca. Ao fazer isso, a classe operária “nacionaliza” os grandes meios de produção e de troca. Eis aqui o ponto absolutamente decisivo, eis aqui a encruzilhada: considerado em si mesmo, esse ato é contraditório. Pois nacionalizar, é destruir a classe burguesa em suas fortalezas, nacionalizar é, então, traçar formalmente o futuro da apropriação dos meios de produção, é antecipar formalmente a abolição da “separação” entre os produtores diretos e os meios de produção que define o modo de produção capitalista, é, portanto, se comprometer formalmente com a via ao comunismo. Mas, ao mesmo tempo, nacionalizar não é nada diferente do que revestir o capitalismo de uma nova forma, a forma do capitalismo de Estado que assombrava Lênin, e que não é nada diferente da realização da tendência mais profunda do capitalismo, daquela que *não se quer* falar, a de um “capitalismo sem capitalistas” (Marx), onde o Estado burguês concentra e distribui as funções da acumulação e do investimento e, portanto, a reprodução da relação capitalista. Sim, da relação capitalista, porque o salariado subsiste, e com ele a exploração e as relações mercantis, ou seja, o poder do dinheiro.

Ao estudar as primeiras formas de existência histórica do modo de produção capitalista, Marx distinguia a “subsunção formal” (na qual subsistem as antigas formas de trabalho, o “ofício” dos artesãos, sob a nova relação capitalista: o salariado) da “subsunção real” (na qual as antigas formas de trabalho, o “ofício” dos artesãos, correspondem à nova relação capitalista da divisão e da organização do trabalho, fim do ofício, trabalho “supérfluo”, fragmentado, parcelado), que correspondem à nova relação capitalista (a concentração, a divisão do trabalho e sua concentração capitalista). É uma contradição desse gênero que se opera na apropriação coletiva dos meios de produção: com a diferença de que é a antiga relação (capitalista) que deve ser submetida à nova forma (comunista).

Digo *forma comunista*, porque ela é, na transformação das condições da pro-



dução (propriedade coletiva, planificação), apenas formal, já que ela não enceta a relação de produção (o salariado), não toca na organização e na divisão do trabalho. Mas digo ao mesmo tempo *forma* comunista, porque ela já está posta em marcha, uma subsunção que tende para seu futuro, que espera desse futuro que ele lhe dê a realidade e a existência. É verdade que tudo se opera nessa indecisão, nessa encruzilhada: ou a antiga relação capitalista levará vantagem sobre a nova forma comunista ou a nova forma comunista se tornará real e se imporá como a nova relação. Nesta alternativa, o que decide é a relação de forças na luta de classes. Mas como dizer? Nesse começo e por muito tempo, a luta de classes, que permanece ancorada na produção, que é sua praça-forte, *se desloca* para outros lugares e se exprime por outras formas, que não concernem apenas à produção, *mas também à superestrutura*. A luta de classes se desenvolve no novo Estado, que detém a nova propriedade dos meios de produção e de troca, e em torno deste Estado, e em torno do novo caráter de classe deste Estado e de seu aparelho, no partido e em torno do partido da classe operária, que organizou a luta de classe das massas, nas massas e em torno das próprias massas, de suas capacidades e de sua vontade revolucionárias. É então que se procede uma enorme e longa prova de força, que se chama *a luta de classes sob a ditadura do proletariado*, simultaneamente na produção, na política e na ideologia.

Se então alguém se pergunta quais são as formas políticas próprias à ditadura de classe do proletariado, veremos que elas derivam naturalmente das características próprias e das condições concretas dessa luta de classe. Para que a subsunção formal do comunismo se torne o comunismo real, para que a apropriação formal dos meios de produção torne-se real, para que a indecisão da relação de produção se incline para o lado do comunismo e não para o do capitalismo, é preciso que todas as forças das massas populares, multiplicadas por dez, com o máximo de lucidez e consciência, entrem no jogo da luta de classes. O que, por um momento, parecia racionalmente referir-se apenas à “destruição” do aparelho de Estado, como a invenção de novas formas adequadas para se destituir o Estado de suas funções transformadas, torna-se cem vezes mais verdadeiro quando se trata da luta de classe em toda a sua amplitude. Sem “a mais ampla democracia de massa”, a luta de classe proletária ou, dito de outra forma, a ditadura do proletariado, é impossível e impensável.

Democracia, portanto. E Lênin acrescenta: “democracia até suas últimas consequências”. Mas essas palavras, emprestadas também da linguagem da política existente, ou seja, burguesa, não enganam sobre seu sentido. É uma democracia distinta da democracia burguesa, parlamentar, com suas eleições fraudulentas, a demagogia de seus dispositivos (tudo para a clientela eleitoral), sua estabilidade artificial (dos eleitos por tantos anos), sua divisão do trabalho interna e externa (o legislativo separado do executivo e do judiciário) etc., que se trata. E quando

Lênin afirma “democracia até suas últimas consequências”, é preciso segui-lo na margem do rio, para perceber que a democracia de massa começa na outra margem. Que a “democracia de massa” incorpore, transformando-as, as formas de democracia parlamentar, que ela quebre, indubitavelmente, as interdições de sua divisão do trabalho. Mas “quebre” também a interdição de duas outras grandes divisões do “trabalho” ante as quais a democracia parlamentar burguesa é cega: aquela que se realiza na produção e aquela que se realiza na ideologia. Como não ver a hipocrisia dessa democracia burguesa que não quer saber nada sobre o que se passa no local de trabalho, na exploração, não quer saber nada sobre as condições reais (elas mudam constantemente), não quer saber nada sobre as condições de moradia dos trabalhadores, não quer saber nada sobre suas condições de “transporte” individual ou coletivo? Como não denunciar a hipocrisia dessa democracia burguesa que confina, ou seja, estrangula, a política na ação dos eleitores e nas deliberações dos deputados, e que ignora soberbamente o que se passa no terreno da ação do aparelho de Estado e dos outros aparelhos ideológicos de Estado? A democracia de massa, segundo Lênin, é a intervenção das massas não somente na política, no sentido burguês, através do sistema parlamentar, mas também no aparelho de Estado, na produção, na ideologia. É preciso encontrar as formas apropriadas? Sim, afinal de contas, não é tão difícil, mas para encontrá-las, é preciso procurá-las e inventá-las, ainda que para isso seja preciso inicialmente conhecê-la e desejá-la. E é verdade que não se pode desejá-la se não se reconhece que essas intervenções são vitais para a luta de classes das massas, se não se sabe que o direito, as leis e as normas são os meios e as apostas da luta de classes, se não se sabe que a política, concebida no sentido estreito que lhe dá a burguesia, é somente uma pequena província no imenso domínio da luta de classes.

Conhecer isso depende de uma experiência. Ela se faz pela prática das massas. Ela se concentra na experiência da luta de classes. Ela se transmite pela memória das massas que são suas organizações da luta de classes. Se não se confunde com o Estado, se está atento à vontade das massas, o partido comunista, “um passo adiante, mas somente um passo”, e sobretudo nada de três passos para trás, pode desempenhar um papel decisivo. E seu papel é a tal ponto decisivo que se pode dizer justamente que a posição do partido pode servir de testemunho, na encruzilhada de caminhos da ditadura do proletariado, à boa orientação da tendência histórica. Diz-me como funciona o teu partido e eu te direi quais são as formas políticas de tua ditadura do proletariado, diz-me quais são essas formas e eu te direi se teu Estado definha ou se reforça, diga-me qual é o teu Estado, e eu te direi de qual classe, proletária ou burguesa, é tua ditadura.

É um modo de dizer. Pois se pode fazer o mesmo juízo tomando as coisas por qualquer outro ângulo. Diz-me qual é a tua organização do trabalho... diz-me

qual é a tua planificação... diz-me quais são teus sindicatos... diz-me qual é a tua “revolução cultural” etc. Em todos os casos, as questões conduzem à mesma encruzilhada: com qual ditadura nos engajamos? Para qual ditadura estamos em marcha? E isso quer que se queira ou não.

Que aqueles que puderem, releiam Lênin e leiam Étienne Balibar, que o explica de maneira esclarecedora em seu último livro : encontrarão em cada página, ou em quase todas, essas questões, ou seja, a cada vez, a mesma questão lancinante: onde estamos? Para onde vamos? A mesma questão lancinante e dramática: porque para ter uma resposta, é preciso colocar todas essas questões ao mesmo tempo e, como uma remete à outra, é necessário considerá-las todas em conjunto. Mas o que mantém todo o conjunto de questões no espírito de Lênin, nos piores horrores da guerra e da guerra civil, nas catástrofes da fome e nas duras provas do bloqueio mundial, é a visão sagaz de uma luta sem clemência, que vai se inclinar para uma ditadura caso não se mantenha pela consciência, pelo esforço, pelo heroísmo e pelo sangue da outra ditadura, aquela de uma classe operária que sabe que é combate de vida e de morte: “A ditadura é uma importante palavra, rude, sangrenta, uma palavra que expressa a luta sem clemência, a luta até a morte de duas classes, de dois mundos, de duas épocas da história universal. Não se jogam tais palavras ao vento”.

É por isso que recordo todos esses pontos teóricos: não é preciso se deixar intimidar por aqueles que invocam hoje contra a teoria que dificulta uma prática que lhes convêm. A história tem demonstrado que a teoria marxista, quando não é recitada como uma oração ou invocada como uma autoridade, fala diretamente do real e de um modo surpreendente.

Por exemplo, se se destrói ou transforma o aparelho de Estado burguês, sem construir imediatamente um novo aparelho de Estado que não sirva, mediante a intervenção das massas, a seu próprio definhamento, teremos um novo aparelho de Estado burguês. O definhamento deve começar no momento da destruição ou da transformação. E isso não são palavras ao vento. O processo começa quando as organizações surgidas das massas se encarregam de certas funções do novo Estado: desde sua instalação, ou mesmo antes. Isso é um paradoxo? Não creio. Pois não há um tempo único na luta de classes, mas tempos que se entrecruzam, um avançado, outro em espera. Há coisas que podem começar antes da revolução e que depois serão efeito da revolução. Onde? Quando? Basta abrir os olhos. O que são, portanto, as organizações comunistas da luta de classe senão já o

---

<sup>1</sup> [Nota do tradutor] Althusser refere-se aqui ao livro de Balibar, intitulado *Sur la dictature du prolétariat*. Paris: François Maspero, 1976.

comunismo? E o que são então essas iniciativas populares que se vê nascer aqui e ali, na Espanha, na Itália ou em outros lugares, nas fábricas, nos bairros, nas escolas, nos asilos, senão já o comunismo?

Eis porque, em uma última palavra, defendo o conceito de ditadura do proletariado. Porque, reestabelecido, ele nos abre a estratégia do comunismo.

Ele nos lembra, e é hoje um ponto doloroso e crucial, que o socialismo não é um modo de produção, no qual as “relações de produção socialistas” “corresponderiam” a determinadas forças produtivas. Não existe um modo de produção socialista, não há relações de produção socialistas. [Ele nos lembra] que o socialismo não é essa sociedade estável, dotada de um poderoso Estado monopolista que sabe guardar-se das crises e distribuir a segurança do emprego e dos serviços sociais, - mas um “período de transição” contraditório, no qual, esperamos, os elementos comunistas ganham cada dia mais terreno sobre os elementos capitalistas, no qual a luta de classe e as classes continuam existindo sob formas novas, no qual a iniciativa das massas encarrega-se cada vez mais das funções do Estado, na perspectiva, não de um “socialismo desenvolvido”, mas simplesmente do comunismo.

E porque falo de comunismo, o conceito de ditadura do proletariado nos lembra também, e acima de tudo, que o comunismo não é uma palavra, nem um sonho para não se sabe qual futuro perdido. O comunismo é nossa única estratégia, e, como toda estratégia verdadeira, não somente dá a orientação hoje, mas começa hoje. Ou melhor, ele já começou. Ele nos repete a velha frase de Marx: o comunismo não é para nós um ideal, mas o movimento real que se reproduz aos nossos olhos. Sim, real. O comunismo é uma tendência objetiva já inscrita em nossa sociedade. A coletivização crescente da produção capitalista, as formas de organização e de luta do movimento operário, as iniciativas das massas populares e – por que não? – certas audácias de artistas, escritores, pesquisadores são desde agora esboços e traços do comunismo.

É preciso crer que Lênin dizia algo desse tipo quando afirmava, com suas próprias palavras, que são também nossas: a ditadura do proletariado é a democracia das mais amplas massas, uma liberdade que os homens jamais conheceram!

6 de julho de 1976.